



## DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Jequitinhonha, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : AUTO POSTO ECOLOGICO LTDA  
CNPJ/CPF : 10.532.399/0001-05  
Empreendimento : AUTO POSTO ECOLOGICO LTDA  
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rua Dom Serafim número/km 17 Bairro Centro Cep 39600-000 Araçuaí - MG  
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:  
Araçuaí (LAT) -16.8557, (LONG) -42.0656  
Fator locacional resultante : 1  
Classe predominante resultante : 2  
Modalidade de licenciamento : LAS RAS  
Processo Administrativo Licenciamento : 240/2024

### Motivo da decisão:

Considerando o disposto nos artigos 26º da DN COPAM nº 217/2017 e 23º do Decreto 47.383/2018, bem como a inexistência de elementos e informações suficientes para realização da análise técnica do presente processo de licenciamento ambiental (Item 3.4.1 da Instrução de Serviço Sisema nº 06/2019); Encaminho o Processo SLA nº 240/2024, em nome do empreendimento AUTO POSTO ECOLÓGICO LTDA, com sugestão para o arquivamento.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Diamantina, 23/05/2024.

Documento assinado eletronicamente por CARLA FERNANDA DE ARAUJO, Chefe da Unidade, em 23/05/2024 08:59 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.